EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 035/2026	
PREÂMBULO	
Contratante	MUNICÍPIO DE NAZARÉ
Processo administrativo nº	300/2026 (20/08/2026)
Fundamento Legal	Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decretos Municipais nºs 153/2022 de 19.10.2022, 017/2025 de 03.01.2025 e 020/2025 de 06.01.2025.
Objeto	Registro de preços destinado a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO ADEQUADO DE FERIDAS E PARA A PROMOÇÃO DE CUIDADOS AVANÇADOS COM A PELE AOS PACIENTES ATENDIDOS POR INSTITUIÇÃO DE SAÚDE (CURATIVOS ESPECIAIS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ-BAHIA**, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Valor total estimado da Contratação	**R$ 79.358,00 (setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais)**
Data e horário da sessão pública	**Data e Hora da Disputa 22/09/2026 às 09:00h** (horário de Brasília) Acolhimento de propostas: às 08:00 horas, do dia 09/09/2026
Local de realização	https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/comprador/licitacao Licitação **nº 1100329**
Critério de Julgamento	Menor preço global por LOTE
Modo de disputa	Aberto/Fechado
Regime de Execução	Indireta por preço unitário
Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
Pregoeira	Sara Jesus de Freitas da Silva

O Edital completo poderá ser adquirido no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site https://nazare.ba.gov.br/transparencia/licitacoes a partir da data de sua publicação. Informações ou dúvidas podem ser dirimidas por meio do e-mail nazarelicita2025@gmail.com

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

1.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por email no seguinte endereço eletrônico: nazarelicita2025@gmail.com

1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 035/2026

MUNICÍPIO DE NAZARÉ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
(Processo Administrativo n° 300/2026 (20.08.2026)

Torna-se público que o Município de Nazaré, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.797.188/0001-92, sediado à Praça Dr. Alexandre, 07, Centro, Nazaré, Bahia, por meio de sua Agente de Contratação, aqui designada como Pregoeira, nomeada pela Portaria GP nº 015/2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nºs 153/2022 de 19.10.2022, 017/2025 de 03.01.2025 e 020/2025 de 06.01.2025,e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços destinado a futura e eventual aquisição de insumos médico-hospitalares necessários para o tratamento adequado de feridas e para a promoção de cuidados avançados com a pele aos pacientes atendidos por instituição de saúde (curativos especiais) para atender às necessidades da Secretaria municipal de saúde de Nazaré-Bahia, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por lote formado por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, cujos preços unitários, após à fase de lances e reformulação da proposta final, não poderão ser superiores aos estimados pela Administração Pública, conforme Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil, por meio do sítio https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/comprador/licitacao

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total de cada item e total por lote (grupo);

5.1.2. Marca para todos os itens;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista para cada item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada lote.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.

6.3.1. Considera-se proposta de preço eletrônica mencionada no item 6.3, o preenchimento, após a divulgação do edital e antes da abertura da sessão pública, dos campos próprios constantes no sistema licitações-e.com.br.

6.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **“ABERTO E FECHADO”.**

6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo (lote), a contratação posterior de item específico do grupo (lote) exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade

6.21.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.21.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 017, de 03 de janeiro de 2025.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exeqüibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20%para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por meio digital ou por cópia autenticada por cartório ou por membro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Nazaré.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada mediante apresentação dos documentos exigidos no Termo de Referência anexo a esse edital.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

8.12. A exigência dos documentos de habilitação previstos no Termo de Referência somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal 020/2025.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://nazare.ba.gov.br/transparencia/licitacoes

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta do Município de Nazaré, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto Municipal nº 017, de 2025.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Nazaré, Bahia.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por email no seguinte endereço eletrônico: nazarelicita2025@gmail.com

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço

14.11.4. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

14.11.5. ANEXO IV – Modelo de Proposta

Nazaré, Bahia, 08 de setembro de 2026.

Carlos Benon Sampaio Cardoso
Autoridade Competente

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. OBJETIVO: Registro de preços destinado a futura e eventual aquisição de insumos médico-hospitalares necessários para o tratamento adequado de feridas e para a promoção de cuidados avançados com a pele aos pacientes atendidos por instituição de saúde (CURATIVOS ESPECIAIS) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nazaré-BA.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO 85G: Composição de hidrogel e alginato, isento de substâncias potencialmente tóxicas, acondicionado em embalagem individual e estéril. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 22,83	R$ 6.849,00
2	CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CALCIO 10X10: Poder de absorção comprovado, apresentação em manta ou tira, embalagem estéril, material atóxico. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 8,18	R$ 2.454,00
3	PELICULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, FINO, RECOBERTO POR UM ADESIVO HIPOALERGENICO (TAMANHO 10 CM X 10M) Barreira impermeável a líquidos e bactérias, transparente, para visualização da lesão, adesivo sem látex. Registro na ANVISA	200	Rolo	R$ 49,10	R$ 9.820,00
4	CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 10CM +/- 1 CM): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 16,80	R$ 3.360,00
5	CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 20CM +/- 1 CM): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 34,45	R$ 6.890,00
6	POLIHEXANIDA SOLUCAO AQUOSA/PHMB 350ML: Solução estéril, concentração indicada para uso em feridas, apresentação em frascos com sistema de controle de contaminação, rotulagem clara Registro na ANVISA	200	Frasco	R$ 46,54	R$ 9.308,00
7	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAS - AGE 200ML: Livre de aditivos alergênicos, apresentação em frascos com dosador,	600	Frasco	R$ 11,08	R$ 6.648,00

	concentração padronizada. Registro na ANVISA				
8	HIDROCOLOIDE (TAMANHO 10 CMX10 CM): Curativo absorvente, capacidade de manter ambiente úmido, embalado individualmente, material hipoalergênico. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 8,29	R$ 2.487,00
9	HIDROGEL 85G: Gel estéril, sem perfume ou agentes irritantes, apresentação em bisnaga ou seringa para aplicação segura. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 19,08	R$ 5.724,00
10	ADESIVO DE ESPUMA SACRAL. SACRAL 25x25 CM ESPUMA, podendo variar em até 20% o tamanho Curativo de Espuma para Drenagem de Ferida Sacral com Borda Adesiva, Almofada Sacral à Prova d'Água, Absorvente e Respirável, Cuidado de Drenagem de Úlcera de Pressão: Formato anatômico para área sacral, capacidade de absorção moderada, fixação com adesivo hipoalergênico, livre de látex. Estéril. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 70,50	R$ 14.100,00
11	BOTA DE UNNA CURATIVO BOTA DE UNNA 10,2X9,14CM (+/- 1cm) BANDAGEM DE UNA: Bandagem impregnada com pasta de óxido de zinco, comprimento e largura adequados a membros inferiores adultos, embalagem individual estéril. Registro na ANVISA	100	Kit	R$ 28,38	R$ 2.838,00
12	DEXAPANTENOL 50MG/G 30G: Produzido em conformidade com os padrões para uso tópico, sem aditivos irritantes, apresentação tópica em pomada ou creme. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 29,60	R$ 8.880,00
TOTAL					**R$ 79.358,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 020, de 06 de janeiro de 2025.

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R$ 79.358,00 (setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. Para garantir o atendimento adequado da necessidade apresentada, é imprescindível especificar requisitos técnicos, funcionais, de qualidade e de conformidade regulatória que assegurem o uso seguro e efetivo dos insumos médico-hospitalares destinados à promoção dos cuidados avançados com a pele e tratamento de feridas. Os requisitos devem ser suficientemente detalhados para assegurar a efetividade e a segurança na atenção aos pacientes, mas nunca restringindo a competição no processo licitatório.

4.2. Requisitos Essenciais para Atender à Demanda

4.2.1 Conformidade Regulatória: Todos os insumos devem possuir registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a RDC vigente para produtos para saúde, em especial RDC ANVISA nº 185/2001, RDC nº 751/2022 (Regras para dispositivos médicos) e demais normas correlatas, Portaria MS n° 2.616/1998, Portaria de Consolidação MS nº 3/2017 – Diretrizes para o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde, NBR ISO 13485 – Sistemas de gestão da qualidade para dispositivos médicos (quando aplicável),Outras normas técnicas que possam disciplinar o material pela natureza e uso (Consultar lista da ABNT e normas da ANVISA de materiais para saúde).

4.2.2 Qualidade e Segurança: Os materiais devem ser fabricados sob padrões de Boas Práticas de Fabricação, livres de contaminantes, estar em perfeito estado de conservação, acondicionados em embalagens íntegros, com identificação do fabricante, número de lote e prazos de validade claramente visíveis. Devem apresentar certificação de conformidade quando aplicável.

4.2.3 Adequação ao Uso Clínico: Os insumos devem atender aos protocolos institucionais e às diretrizes nacionais para o tratamento de feridas, incluindo recomendações do Ministério da Saúde e associações profissionais, como SOBENDE (Sociedade Brasileira de Enfermagem em Dermatologia) e SBPC (Sociedade Brasileira de Pediatria Clínica).

4.2.4 Compatibilidade Técnica: Os produtos devem ser compatíveis com o uso em diferentes perfis de pacientes (adultos, idosos, pacientes com comorbidades ou condição de pele fragilizada), conforme as especificações técnicas inerentes a cada item demandado.

4.2.5 Diversidade de Tamanhos e Apresentações: Os materiais devem estar disponíveis em variedades e apresentações que permitam a adaptação ao tamanho da lesão e à necessidade clínica apresentada, respeitando quantitativos mínimos e máximos para uso racional.

4.2.6 Rastreabilidade: Os itens devem permitir rastreamento por número de lote e data de validade, assegurando a possibilidade de controle de qualidade e de ações de farmacovigilância ou tecnovigilância.

4.2.7 Ausência de Látex (quando requerido): Devem ser indicados como isentos de látex, conforme recomendações de segurança, para evitar riscos de reações alérgicas em pacientes e profissionais de saúde suscetíveis.

4.2.8 Validade: Os materiais deverão ser fornecidos com, no mínimo, 80% do prazo de validade vigente no momento da entrega.

4.2.9 Instruções de Uso: Os produtos devem estar acompanhados de instruções claras de uso, em português, manual técnico ou bulas, conforme exigido pela regulação vigente.

4.3 A empresa a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.3.1 Apresentar os documentos de habilitação jurídica, certidões negativas ou positivas dos Fiscos Municipal, Estadual e Federal, FGTS, trabalhista que forem exigidas no Termo de Referência;

4.3.2 Apresentar atestado de capacidade técnica, para comprovação da sua qualificação técnica, conforme for exigido no Termo de Referência, bem como os documentos exigidos para a comprovação de sua qualificação econômico-financeira;

4.3.3 Promover a entrega dos produtos no prazo determinado pela Administração Pública;

4.3.4 Arcar com todos os custos operacionais para a entrega dos produtos, a exemplo de, mas não se limitando, transporte, frete, seguro, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas;

4.3.5 Fornecer os produtos atendendo a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Secretaria Solicitante, devendo a entrega ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde, na Sede do Município de Nazaré, Bahia.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no endereço contido na AF.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, na data da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela qualidade do produto ofertado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Os materiais deverão ser fornecidos com, no mínimo, 80% do prazo de validade vigente no momento da entrega.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto aos Fiscos Municipal, Estadual e Federal e exigido o atesto pelo fiscal do contrato em relação à execução do objeto contratado.
7.10. Serão exigidos, ainda, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
7.11. Estando regulares as certidões mencionadas nos itens 7.9 e 7.10, será efetuado o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal pela empresa contratada.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta nos sites oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto aos sites oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9. Prova de regularidade com os Fiscos Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual, Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.12. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.13. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo fórum da sede da pessoa jurídica, em que conste o prazo de validade e, não havendo, somente será aceita com a data de emissão não superior a 90 (Noventa) dias;

Qualificação Técnica

9.14. Comprovação de que possui autorização para funcionamento fornecida pelo Ministério da Saúde ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

9.15. A licitante deve comprovar que possui Alvará de funcionamento expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária competente do local ou da Secretaria de Saúde do Estado onde se encontra sediada a licitante;

9.16. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de capacidade técnica expedida por Órgão da Administração Pública ou Privada, comprovando que o licitante manteve ou mantém contrato para o fornecimento da mesma natureza desta licitação, contendo o grau de satisfação quanto ao nível de atendimento e qualidade.

9.16.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.16.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nazaré-BA.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão / Unidade	07.01
Atividade	10.301.003.2025
Elemento da Despesa	3.3.9.0.30.00.00.00
Fonte:	16000 / 16210

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Município de Nazaré, Bahia, 18 de agosto de 2026

_____
LUÍS HENRIQUE PRAZERES COSTA
Secretário Municipal da Saúde

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

I **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:**

A necessidade que originou esta demanda fundamenta-se na imprescindibilidade do fornecimento de insumos médico-hospitalares necessários para o tratamento adequado de feridas e para a promoção de cuidados avançados com a pele aos pacientes atendidos pela instituição de saúde. A utilização desses materiais especiais é essencial para garantir a efetividade e a segurança do processo assistencial, contribuindo para o restabelecimento da saúde dos usuários, a redução do tempo de internação, a prevenção de complicações infecciosas e a melhora dos indicadores assistenciais. A disponibilidade desses itens é diretamente relacionada à qualidade do atendimento prestado à população e atende ao interesse público ao assegurar condições adequadas e dignas de tratamento aos pacientes, preservando seus direitos fundamentais e apoiando as ações de saúde preconizadas pelo serviço.

O município de Nazaré-Ba, possui 27.060 habitantes (IBGE, 2022) com 12 Unidades de Saúde da Família, 1 CAPS, 1 Policlínica e 1 Hospital Filantrópico (Santa Casa de Misericórdia) e uma demanda grande de curativos em pacientes com feridas de difícil cicatrização com os curativos comuns. Assim, detectamos a necessidade de adquirir materiais específicos para a realização de curativos em feridas agudas e crônicas, assegurando a proteção, a cicatrização e prevenção de infecções o que demanda por produtos destinados ao manejo de feridas complexas, como soluções de limpeza, pomadas cicatrizantes e coberturas especiais que favorecem o ambiente ideal de cicatrização. Detectamos a necessidade de itens voltados à hidratação, proteção e regeneração da pele, essenciais para pacientes com imunidade comprometida ou em tratamento prolongado, visando reduzir complicações de pele e o risco de lesões. A aquisição seria a garantia de acesso contínuo a insumos que atendam aos protocolos de tratamento estabelecidos, promovendo padronização e segurança no cuidado assistencial para atendimento qualificado às demandas das equipes multidisciplinares envolvidas no tratamento, proporcionando recursos para intervenções eficazes em diferentes estágios e características das feridas.

Tipo de curativo	**Finalidade/Aplicação**
Hidrogel amorfo com alginato	Promoção de ambiente úmido para cicatrização de feridas, facilitando remoção de tecido desvitalizado e hidratação local.
Curativo de fibras de alginato de cálcio	Controle de exsudato e auxílio na cicatrização de feridas exsudato
Película de poliuretano transparente, fina, recoberta por adesivo hipoalergênico	Proteção contra agentes externos, permitindo monitoramento visual da lesão.
Carvão ativado com prata recortável	Controle de odor, absorção de exsudato e ação antimicrobiana em feridas infectadas ou colonizadas.
Polihexanida solução aquosa (PHMB)	Limpeza e antissepsia de feridas, contribuindo para prevenção e controle de infecções.
Ácidos graxos essenciais (AGE)	Hidratação, proteção e promoção da regeneração da pele fragilizada.
Hidrocoloide	Promoção de ambiente ideal para cicatrização e proteção de feridas superficiais e de baixa exsudação.

Hidrogel	Hidratação de feridas secas, auxílio na debridamento autolítico e promoção da cicatrização.
Adesivo de hidroplímero/espuma sacral (espuma para área sacral)	Prevenção e tratamento de lesões por pressão em região sacral, proporcionando absorção e proteção local.
Bota de Unna (curativo de compressão com bandagem)	Tratamento de úlceras venosas dos membros inferiores, facilitando cicatrização com compressão controlada.
Dexapantenol	Regeneração da pele, prevenção e tratamento de lesões cutâneas e auxílio em processos de cicatrização.

A disponibilização desses materiais assegura o enfrentamento adequado de quadros clínicos de média e alta complexidade relacionados ao tratamento de feridas, promovendo benefício direto e indireto à população usuária dos serviços de saúde, em consonância com o interesse público e os princípios de eficiência, eficácia e efetividade no atendimento institucional. Entendemos assim, justificar tal solicitação, para o bom andamento dos trabalhos e um atendimento de qualidade aos usuários.

II **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:**

Não se aplica, Plano Anual de Contratações está em elaboração

III **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Para garantir o atendimento adequado da necessidade apresentada, é imprescindível especificar requisitos técnicos, funcionais, de qualidade e de conformidade regulatória que assegurem o uso seguro e efetivo dos insumos médico-hospitalares destinados à promoção dos cuidados avançados com a pele e tratamento de feridas. Os requisitos devem ser suficientemente detalhados para assegurar a efetividade e a segurança na atenção aos pacientes, mas nunca restringindo a competição no processo licitatório.

Requisitos Essenciais para Atender à Demanda

- **Conformidade Regulatória:** Todos os insumos devem possuir registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a RDC vigente para produtos para saúde, em especial RDC ANVISA nº 185/2001, RDC nº 751/2022 (Regras para dispositivos médicos) e demais normas correlatas, Portaria MS n° 2.616/1998, Portaria de Consolidação MS nº 3/2017 – Diretrizes para o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde, NBR ISO 13485 – Sistemas de gestão da qualidade para dispositivos médicos (quando aplicável),Outras normas técnicas que possam disciplinar o material pela natureza e uso (Consultar lista da ABNT e normas da ANVISA de materiais para saúde).
- **Qualidade e Segurança:** Os materiais devem ser fabricados sob padrões de Boas Práticas de Fabricação, livres de contaminantes, estar em perfeito estado de conservação, acondicionados em embalagens íntegros, com identificação do fabricante, número de lote e prazos de validade claramente visíveis. Devem apresentar certificação de conformidade quando aplicável.
- **Adequação ao Uso Clínico:** Os insumos devem atender aos protocolos institucionais e às diretrizes nacionais para o tratamento de feridas, incluindo recomendações do Ministério da Saúde e associações profissionais, como SOBENDE (Sociedade Brasileira de Enfermagem em Dermatologia) e SBPC (Sociedade Brasileira de Pediatria Clínica).
- **Compatibilidade Técnica:** Os produtos devem ser compatíveis com o uso em diferentes perfis de pacientes (adultos, idosos, pacientes com comorbidades ou condição de pele fragilizada), conforme as especificações técnicas inerentes a cada item demandado.

- **Diversidade de Tamanhos e Apresentações:** Os materiais devem estar disponíveis em variedades e apresentações que permitam a adaptação ao tamanho da lesão e à necessidade clínica apresentada, respeitando quantitativos mínimos e máximos para uso racional.
- **Rastreabilidade:** Os itens devem permitir rastreamento por número de lote e data de validade, assegurando a possibilidade de controle de qualidade e de ações de farmacovigilância ou tecnovigilância.
- **Ausência de Látex (quando requerido):** Devem ser indicados como isentos de látex, conforme recomendações de segurança, para evitar riscos de reações alérgicas em pacientes e profissionais de saúde suscetíveis.
- **Validade:** Os materiais deverão ser fornecidos com, no mínimo, 80% do prazo de validade vigente no momento da entrega.
- **Instruções de Uso:** Os produtos devem estar acompanhados de instruções claras de uso, em português, manual técnico ou bulas, conforme exigido pela regulação vigente.

A empresa a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Apresentar os documentos de habilitação jurídica, certidões negativas ou positivas dos Fiscos Municipal, Estadual e Federal, FGTS, trabalhista que forem exigidas no Termo de Referência;
b) Apresentar atestado de capacidade técnica, para comprovação da sua qualificação técnica, conforme for exigido no Termo de Referência, bem como os documentos exigidos para a comprovação de sua qualificação econômico-financeira;
c) Promover a entrega dos produtos no prazo determinado pela Administração Pública;
d) Arcar com todos os custos operacionais para a entrega dos produtos, a exemplo de, mas não se limitando, transporte, frete, seguro, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas;
e) Fornecer os produtos atendendo a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

Não será admitida a subcontratação do objeto.

IV **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

Produto	Quantidade	Unidade
HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO 85G: Composição de hidrogel e alginato, isento de substâncias potencialmente tóxicas, acondicionado em embalagem individual e estéril. Registro na ANVISA	300	Unidade
CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CALCIO 10X10: Poder de absorção comprovado, apresentação em manta ou tira, embalagem estéril, material atóxico. Registro na ANVISA	300	Unidade
PELICULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, FINO, RECOBERTO POR UM ADESIVO HIPOALERGENICO (TAMANHO 10 CM X 10M) Barreira impermeável a líquidos e bactérias, transparente, para visualização da lesão, adesivo sem látex. Registro na ANVISA	200	Rolo
CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 10CM +/- 1 CM)): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	UNIDADE
CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 20CM +/- 1 CM)): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	UNIDADE

		POLIHEXANIDA SOLUCAO AQUOSA/PHMB 350ML: Solução estéril, concentração indicada para uso em feridas, apresentação em frascos com sistema de controle de contaminação, rotulagem clara Registro na ANVISA	200	Frasco	
		ACIDOS GRAXOS ESSENCIAS - AGE 200ML: Livre de aditivos alergênicos, apresentação em frascos com dosador, concentração padronizada. Registro na ANVISA	600	Frasco	
		HIDROCOLOIDE (TAMANHO 10 CMX10 CM): Curativo absorvente, capacidade de manter ambiente úmido, embalado individualmente, material hipoalergênico. Registro na ANVISA	300	Unidade	
		HIDROGEL 85G: Gel estéril, sem perfume ou agentes irritantes, apresentação em bisnaga ou seringa para aplicação segura. Registro na ANVISA	300	Unidade	
		ADESIVO DE ESPUMA SACRAL. SACRAL 25x25 CM ESPUMA, podendo variar em até 20% o tamanho Curativo de Espuma para Drenagem de Ferida Sacral com Borda Adesiva, Almofada Sacral à Prova d'Água, Absorvente e Respirável, Cuidado de Drenagem de Úlcera de Pressão: Formato anatômico para área sacral, capacidade de absorção moderada, fixação com adesivo hipoalergênico, livre de látex. Estéril. Registro na ANVISA	200	Unidade	
		BOTA DE UNNA CURATIVO BOTA DE UNNA 10,2X9,14CM (+/- 1cm) BANDAGEM DE UNA: Bandagem impregnada com pasta de óxido de zinco, comprimento e largura adequados a membros inferiores adultos, embalagem individual estéril. Registro na ANVISA	100	Kit	
		DEXAPANTENOL 50MG/G 30G: Produzido em conformidade com os padrões para uso tópico, sem aditivos irritantes, apresentação tópica em pomada ou creme. Registro na ANVISA	300	Unidade	

V **LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

1 - Aquisição direta dos insumos médico-hospitalares por meio de licitação pública do tipo menor preço, considerando as especificações técnicas e requisitos regulatórios estabelecidos: Esta alternativa consiste em realizar procedimento licitatório para aquisição de insumos individualizados, considerando cada material demandado com suas especificações técnicas e exigências regulatórias (registro ANVISA, padrões de qualidade, embalagens íntegras etc.). Permite ampla concorrência no mercado, garante atendimento aos protocolos clínicos institucionais, possibilidade de personalização do quantitativo conforme demanda e controle direto sobre marcas e apresentações aprovadas. Os requisitos ambientais, sociais e econômicos podem ser incorporados como critérios de habilitação e/ou pontuação. O processo é transparente, promove economicidade e viabiliza a participação de diferentes fornecedores. Ressalta-se que é a modalidade mais utilizada pela Administração Pública para compras padronizadas e que atende integralmente à Lei 14.133/2021.**Pontos Positivos:** Amplia a concorrência entre fornecedores; permite controle rigoroso sobre especificações técnicas e regulatórias; possibilita ajustar o quantitativo conforme as necessidades da instituição; Assegura transparência e economicidade no processo de aquisição; viabiliza a inclusão de critérios ambientais, sociais e econômicos. **Pontos Negativos:** Processo licitatório pode ser demorado e burocrático; Risco de impugnações e recursos que atrasam a compra; exige estrutura administrativa dedicada e capacitada; Possível fragmentação de compras reduz o poder de negociação em grandes volumes; Desafio em padronizar marcas e apresentações entre diversos fornecedores

2 - Contratação de fornecimento continuado mediante registro de preços por sistema de pregão eletrônico, permitindo aquisições sob demanda ao longo da vigência da ata: Nesta opção, realiza-se procedimento de licitação para formação de ata de registro de preços (sistema de compras sob demanda), utilizando modalidade pregão eletrônico e critérios técnicos mínimos. Essa abordagem possibilita maior flexibilidade para suprir estoques ao longo do período contratual, adapta-se a variações de consumo, evita desperdício e proporciona ganho de escala em negociações com o mercado, podendo

	contemplar diferentes itens/lotes na mesma ata. Favorece a gestão eficiente dos materiais, otimiza o fluxo logístico e potencializa a participação de pequenos fornecedores locais, sem comprometer o atendimento aos requisitos regulatórios e assistenciais. Garante alinhamento à legislação vigente, com viabilidade jurídica e controle de custos. **Pontos Positivos:** Flexibilidade para suprimento sob demanda conforme variação de consumo; Otimização do fluxo logístico e gestão de estoques; Potencial para obtenção de melhores preços devido à negociação em escala; Facilitação da participação de pequenos fornecedores locais; Adequação e conformidade com a legislação vigente. **Pontos Negativos:** Possibilidade de oscilações de preços ao longo da vigência da ata; Dependência da adesão dos fornecedores ao sistema de registro de preços; Risco de desabastecimento caso fornecedores vencedores não cumpram entregas; Processos burocráticos para cadastro e gerenciamento de múltiplos itens/lotes; Necessidade de monitoramento contínuo para evitar aquisições desnecessárias **3 - Contratação integrada de empresa especializada através de solução turn-key para fornecimento, logística e gestão de insumos de curativos (outsourcing de materiais médico-hospitalares específicos):** Esta alternativa propõe a contratação, por licitação, de empresa especializada que gerencie todo o ciclo logístico dos insumos para curativos – desde o fornecimento, armazenagem, controle de validade/rastreabilidade até a distribuição dentro da instituição de saúde. Tais modelos (outsourcing) podem incluir softwares para gestão de estoques e suporte à utilização racional. Agrega praticidade ao serviço e reduz riscos de ruptura, mas exige alto nível de detalhamento de requisitos, eventual customização sistêmica, fiscalização rigorosa e eleva o custo administrativo e de contratação. Eventualmente pode restringir a livre concorrência e dificultar o controle público sobre cada item, além de ser mais recomendada para instituições de grande porte com alta complexidade logística. Deve cumprir rigorosamente os protocolos regulatórios e os critérios de sustentabilidade estabelecidos. **Pontos Positivos:** Gestão integrada de todo o ciclo logístico dos insumos; Redução de riscos de ruptura de estoque; Disponibilização de softwares para gestão e racionalização do uso dos materiais; Agilidade e praticidade nos processos internos da instituição; Possibilidade de customização sistêmica conforme necessidades específicas. **Pontos Negativos:** Exige alto nível de detalhamento de requisitos e fiscalização rigorosa; Pode elevar o custo administrativo e de contratação; Eventual restrição à livre concorrência; Dificulta o controle público sobre cada item específico; Mais adequado apenas para instituições de grande porte e alta complexidade **Alternativa Escolhida** Contratação de fornecimento continuado mediante registro de preços por sistema de pregão eletrônico, permitindo aquisições sob demanda ao longo da vigência da ata. **Justificativa** A escolha pelo sistema de registro de preços via pregão eletrônico proporciona maior flexibilidade de atendimento às necessidades dinâmicas e variáveis dos serviços de saúde, evita desperdícios por compras superiores à demanda real e possibilita reposição contínua dos insumos em conformidade com as questões regulatórias e assistenciais. Permite adaptação a flutuações no consumo, facilita a gestão orçamentária e logística do estoque, e mantém a ampla competitividade, inclusive favorecendo pequenas empresas e fornecedores regionais, conforme diretrizes de sustentabilidade da instituição. Garante economicidade, transparência e adequação às exigências técnicas, regulatórias e de gestão pública, sendo a alternativa de melhor custo-benefício e segurança institucional no contexto apresentado.
VI	**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:**

Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO 85G: Composição de hidrogel e alginato, isento de substâncias potencialmente tóxicas, acondicionado em embalagem individual e estéril. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 22,83	R$ 6.849,00
CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CALCIO 10X10: Poder de absorção comprovado, apresentação em manta ou tira, embalagem estéril, material atóxico. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 8,18	R$ 2.454,00
PELICULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, FINO, RECOBERTO POR UM ADESIVO HIPOALERGENICO (TAMANHO 10 CM X 10M) Barreira impermeável a líquidos e bactérias, transparente, para visualização da lesão, adesivo sem látex. Registro na ANVISA	200	Rolo	R$ 49,10	R$ 9.820,00
CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 10CM +/- 1 CM)): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 16,80	R$ 3.360,00
CARVAO ATIVADO COM PRATA (TAMANHO 10 CM X 20CM +/- 1 CM)): Capacidade antimicrobiana comprovada, embalagem estéril, facilidade de recorte para ajuste ao tamanho da lesão. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 34,45	R$ 6.890,00
POLIHEXANIDA SOLUCAO AQUOSA/PHMB 350ML: Solução estéril, concentração indicada para uso em feridas, apresentação em frascos com sistema de controle de contaminação, rotulagem clara Registro na ANVISA	200	Frasco	R$ 46,54	R$ 9.308,00
ACIDOS GRAXOS ESSENCIAS - AGE 200ML: Livre de aditivos alergênicos, apresentação em frascos com dosador, concentração padronizada. Registro na ANVISA	600	Frasco	R$ 11,08	R$ 6.648,00
HIDROCOLOIDE (TAMANHO 10 CMX10 CM): Curativo absorvente, capacidade de manter ambiente úmido, embalado individualmente, material hipoalergênico. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 8,29	R$ 2.487,00
HIDROGEL 85G: Gel estéril, sem perfume ou agentes irritantes, apresentação em bisnaga ou seringa para aplicação segura. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 19,08	R$ 5.724,00
ADESIVO DE ESPUMA SACRAL. SACRAL 25x25 CM ESPUMA, podendo variar em até 20% o tamanho Curativo de Espuma para Drenagem de Ferida Sacral com Borda Adesiva, Almofada Sacral à Prova d'Água, Absorvente e Respirável, Cuidado de Drenagem de Úlcera de Pressão: Formato anatômico para área sacral, capacidade de absorção moderada, fixação com adesivo hipoalergênico, livre de látex. Estéril. Registro na ANVISA	200	Unidade	R$ 70,50	R$ 14.100,00
BOTA DE UNNA CURATIVO BOTA DE UNNA 10,2X9,14CM (+/- 1cm) BANDAGEM DE UNA:	100	Kit	R$ 28,38	R$ 2.838,00

Bandagem impregnada com pasta de óxido de zinco, comprimento e largura adequados a membros inferiores adultos, embalagem individual estéril. Registro na ANVISA				
DEXAPANTENOL 50MG/G 30G: Produzido em conformidade com os padrões para uso tópico, sem aditivos irritantes, apresentação tópica em pomada ou creme. Registro na ANVISA	300	Unidade	R$ 29,60	R$ 8.880,00
			R$ 79.358,00	

Não se aplica sigilo na contratação. Será realizada pesquisa de preços com empresas, para serem analisadas os valores praticados por órgãos públicos. Dessa maneira, será possível chegar ao preço médio para cada um dos itens.
Os orçamentos utilizados para elaboração do preço para cada um dos itens deverão está seguindo em anexos.
Para a presente contratação, serão utilizados a média dos valores, a partir dos orçamentos obtidos. Para elaboração dos orçamentos, utilizará valores praticados por outros órgãos públicos e também valores orçados diretamente com empresas do ramo.

VII **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:**

A solução escolhida para atender à demanda de insumos médico-hospitalares para o tratamento de feridas e promoção de cuidados avançados com a pele consiste na **contratação de fornecimento continuado mediante registro de preços via pregão eletrônico**, permitindo aquisições sob demanda ao longo da vigência da ata. Esta alternativa se destaca por promover flexibilidade, eficiência, transparência e sustentabilidade, alinhando-se integralmente aos requisitos específicos do serviço, aos normativos legais e aos critérios de qualidade e segurança estabelecidos.

Descrição Completa da Solução Escolhida

O sistema de registro de preços, realizado por meio de pregão eletrônico, possibilita a formação de uma ata que contempla todos os insumos necessários, conforme especificações técnicas, requisitos regulatórios e critérios de sustentabilidade. A aquisição sob demanda permite à instituição de saúde solicitar e receber os insumos médico-hospitalares na medida exata de sua necessidade, durante a vigência da ata, reduzindo riscos de desabastecimento, desperdício e problemas logísticos.

- **Flexibilidade e Adequação à Demanda Variável:** O fornecimento continuado permite que o volume de compras seja ajustado de acordo com a evolução da demanda assistencial, possibilitando o atendimento de diferentes perfis de pacientes e situações clínicas sem a necessidade de estoques excessivos.
- **Gestão Eficiente de Estoques:** Ao adquirir apenas os itens necessários no momento oportuno, minimizam-se perdas por vencimento e sobrecargas de armazenamento, contribuindo para uma administração racional e econômica dos recursos.
- **Garantia de Qualidade e Conformidade Regulatória:** Todos os materiais adquiridos devem cumprir rigorosamente as especificações técnicas, possuir registro ANVISA válido e atender às exigências de embalagem, rastreabilidade, validade e segurança, conforme detalhado nos requisitos de contratação.
- **Ampla Competitividade e Inclusão:** O pregão eletrônico amplia o acesso de fornecedores, incentiva a participação de pequenas empresas, potenciais fornecedores locais e estimula a busca por melhores preços e condições, favorecendo também critérios de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica.
- **Transparência e Controle Público:** O processo dispõe de instrumentos que asseguram transparência, publicidade dos atos e controle público, além de permitir acompanhamento e auditoria de todas as etapas da contratação.
- **Customização por Lote ou Item:** A estruturação do registro de preços em diferentes lotes/items possibilita que cada insumo seja adquirido com as características, apresentações e especificações exatas necessárias para a instituição, assegurando aderência aos protocolos clínicos e às particularidades assistenciais.

- **Viabilidade Econômica e Sustentabilidade:** O modelo proporciona a correta relação custo-benefício, promove o uso racional dos recursos públicos e estimula práticas sustentáveis, conforme exigido nos requisitos da contratação.

Atendimento às Necessidades Especificadas

Esta solução atende de forma plena às necessidades identificadas no ETP, detalhadas conforme abaixo:

Necessidade Identificada	Como a Solução Atende
Disponibilidade contínua e protocolada de insumos para feridas	Suprimento periódico sob demanda conforme evolução dos quadros clínicos; aderência aos protocolos estabelecidos e redução do risco de desabastecimento ou estoques ociosos.
Conformidade legal e regulatória (ANVISA, normas técnicas)	Todas as aquisições condicionadas ao cumprimento das exigências de homologação, registro, rastreabilidade e padrões mínimos estabelecidos pela legislação e órgãos regulatórios.
Diversidade de insumos específicos para diferentes tipos de lesões e perfis de paciente	Registro de preços estruturado em lotes/itens separados, contemplando cada insumo e suas especificações técnicas, tamanhos e apresentações adequadas.
Garantia de qualidade, validade e rastreabilidade	Controle rígido de validade mínima na entrega, rastreamento por lote, embalagem íntegra e individual, além de demanda por laudos, certificados e instruções de uso.
Eficiência econômica e sustentabilidade institucional	Flexibilidade para ajuste do volume e frequência das compras, minimização de perdas, incentivo a fornecedores social e ambientalmente responsáveis e racionalização orçamentária.
Atenção às demandas multidisciplinares e diferentes protocolos assistenciais	Possibilita aquisição segmentada e conforme indicação clínica, além de dar suporte ao atendimento das equipes multiprofissionais em variados contextos assistenciais.

Resumo dos Principais Benefícios da Solução

- Alinhamento pleno aos requisitos legais (Lei 14.133/2021) e regulatórios (ANVISA, RDCs).
- Maior flexibilidade e agilidade na reposição dos insumos, adaptando-se a variações da assistência.
- Promoção da economicidade, sustentabilidade e do controle público sobre a aquisição dos materiais.
- Facilidade de controle de validade, rastreamento, padronização e monitoramento da qualidade dos produtos utilizados.
- Garantia da entrega de insumos adequados para o tratamento avançado de feridas, otimizando indicadores de saúde e atendimento digno à população.

Considerações Finais

A solução fortalece a capacidade institucional de responder às demandas assistenciais complexas, proporcionando segurança técnica, eficiência operacional, sustentabilidade, inclusão e transparência. Dessa forma, assegura-se a plena observância ao interesse público e à legislação vigente, com efetiva promoção da qualidade e humanização no cuidado aos pacientes.

VIII **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A licitação deverá ser feita por lote único, pois se tratam de itens similares e correspondem às mesmas exigências

IX **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:**

A contratação dos insumos médico-hospitalares conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa promover, no âmbito da administração pública, resultados concretos em economicidade, eficiência e

	sustentabilidade, impactando diretamente a qualidade da assistência, os indicadores institucionais e a gestão dos recursos. Os seguintes resultados pretendidos são destacados para permitir o acompanhamento objetivo do desempenho, subsidiando, futuramente, a criação de indicadores robustos para avaliação contínua e transparência do processo. **Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade** • **Redução de custos administrativos e assistenciais** por meio do sistema de registro de preços via pregão eletrônico, que permite negociações em escala, evita estoques excessivos e possibilita aquisição sob demanda, otimizando o uso dos recursos públicos. • **Minimização de perdas financeiras** pela diminuição do vencimento de insumos, estoque ocioso ou desabastecimento, assegurando melhor planejamento orçamentário e racionalização dos gastos. • **Obtenção de melhores condições comerciais** de preço e qualidade, decorrentes da ampla concorrência promovida pelo modelo eletrônico, potencializando a participação de pequenos fornecedores e promovendo maior competitividade. **Resultados Pretendidos em Termos de Eficiência** • **Satisfação das necessidades assistenciais** com atendimento contínuo e flexível à demanda clínica, evitando interrupções no tratamento de pacientes e melhorando o fluxo de trabalho das equipes multidisciplinares. • **Aumento da agilidade e precisão** na reposição dos insumos necessários, adaptando a aquisição à real demanda assistencial, proporcionando pronta resposta institucional e otimização dos processos internos de controle e distribuição dos materiais. • **Padronização e rastreabilidade** dos insumos adquiridos, garantindo a compatibilidade com protocolos clínicos, rastreabilidade de lotes, validade e segurança no uso, facilitando auditoria, controle de qualidade e ações de farmacovigilância. • **Economia de tempo e maior garantia de cura quando comparados ao uso de curativos comuns:** representa economicidade e melhor qualidade de vida do paciente e mais segurança para o profissional de saúde **Resultados Pretendidos em Termos de Sustentabilidade** • **Promoção da sustentabilidade ambiental** através da priorização de insumos e fornecedores comprometidos com práticas responsáveis, minimização de resíduos, utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, conforme critérios estabelecidos nos requisitos de contratação. • **Fomento à responsabilidade social**, valorizando a participação de pequenos fornecedores, inclusão social, promoção da equidade e respeito à legislação trabalhista nos processos de aquisição dos insumos. • **Garantia de sustentabilidade econômica e institucional** ao evitar desperdícios, promover compras racionalizadas e apoiar o equilíbrio orçamentário da instituição, mantendo o alinhamento com os princípios de interesse público e eficiência.
X	**PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:** Será previsto no edital e no contrato o servidor capacitado, de acordo com sua área de atuação, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/produtos. Com base no contexto apresentado sobre o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação de insumos médico-hospitalares, e considerando a modalidade escolhida (registro de preços por pregão eletrônico), é imprescindível que a Administração adote uma série de providências prévias antes da formalização do contrato. Essas ações são fundamentais para garantir a execução contratual eficiente, segura, transparente e plenamente aderente aos normativos, requisitos técnicos e objetivos institucionais definidos. A seguir, são detalhadas todas as providências possíveis e/ou necessárias que devem ser executadas previamente à assinatura do contrato. **Levantamento e Preparação Documental** • **Atualização e consolidação das especificações técnicas:** Confirmar a correta redação e detalhamento das especificações técnicas, requisitos funcionais, de qualidade e regulatórios de

todos os itens a serem licitados, conforme o ETP e alinhados com a legislação vigente (ANVISA, Ministério da Saúde, Lei 14.133/2021).

- **Análise jurídica:** Submeter os documentos (minuta do edital, termo de referência ou projeto básico e minuta contratual) à avaliação do setor jurídico, assegurando plena conformidade legal e mitigação de riscos de impugnações.
- **Consulta à área de compliance ou controles internos:** Realizar checklist de integridade e aderência a boas práticas de governança, transparência e integridade nos processos públicos.

Planejamento Logístico e de Infraestrutura

- **Avaliação da capacidade de armazenamento:** Verificar a disponibilidade de espaço físico adequado, condições ambientais controladas (temperatura, umidade, iluminação), segurança e integridade do local de armazenamento dos insumos, atendendo às exigências dos fabricantes e normas sanitárias para evitar danos, contaminações ou desvios.
- **Pequenas intervenções de engenharia:** Realizar, se necessário, adaptações físicas no almoxarifado (adequação de prateleiras, reorganização de layout, implementação de áreas segregadas para materiais estéreis ou frágeis, instalação de dispositivos de controle de acesso, reforço de segurança, etc.).
- **Verificação e eventual modernização de sistemas de controle de estoque:** Garantir que o sistema informatizado de gestão de almoxarifado seja capaz de registrar, rastrear e monitorar os dados dos produtos (entrada, saída, validade, lote, fornecedor), possibilitando controle de qualidade, rastreabilidade e gestão eficiente de estoques.
- **Sincronização de integração de sistemas:** Ajustar/atualizar interfaces entre sistemas de compras, almoxarifado e setor de farmácia, caso os registros de movimentação e consumo de insumos sejam compartilhados por setores distintos.

Capacitação e Alinhamento das Equipes

- **Orientação das equipes assistenciais:** Realizar reuniões de alinhamento com profissionais de saúde (enfermagem, farmácia, equipes multidisciplinares) sobre o correto uso dos produtos, interpretação das instruções de uso/bulas, novos protocolos, e adequação à padronização definida na licitação.
- **Elaboração e divulgação de procedimentos operacionais padrão (POP):** Ajustar ou criar POPs para controle de entrada, saída, rastreamento e verificação da conformidade dos produtos, padronizando os fluxos internos e facilitando auditorias futuras.

Providências Administrativas e de Gestão

- **Estabelecimento de comissões e equipes de fiscalização:** Designar formalmente responsáveis pelas etapas de recebimento, conferência, validação de conformidade técnica, avaliação de desempenho dos fornecedores e acompanhamento da execução contratual.
- **Definição de cronograma de entregas e recebimento:** Planejar e registrar datas, prioridades e frequência das entregas conforme demanda realista, incluindo monitoramento e mecanismos para evitar rupturas de estoque.
- **Preparação para o recebimento e conferência:** Estabelecer os critérios e métodos de checagem a serem utilizados na chegada dos materiais (ex: uso de checklists com parâmetros: validade mínima, integridade de embalagem, lote, registro ANVISA, instruções de uso, isenção de látex quando aplicável).
- **Ajustes nos sistemas de compras eletrônicas:** Garantir que os sistemas oficiais estejam parametrizados para correta execução do pregão eletrônico, publicação de editais, recebimento de propostas, habilitação técnica e acompanhamento dos fornecedores, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

Gestão de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- **Inclusão de critérios de sustentabilidade:** Assegurar, junto ao setor de sustentabilidade, que as exigências sobre práticas ambientais e sociais dos fornecedores (ISO 14001, origem dos materiais, respeito a normas trabalhistas) estejam claramente descritas e serão verificadas na fase de habilitação/contratação.
- **Divulgação de boas práticas aos fornecedores:** Comunicar, previamente à licitação, os critérios de sustentabilidade, inclusão social e adequação ambiental requeridos, com vistas à ampla ciência dos participantes e mitigação de dúvidas/reclamações posteriores.

Elaboração de Instrumentos e Fluxos de Monitoramento Contratual

	• **Definição de indicadores de desempenho:** Criar planilhas ou sistemas para acompanhamento dos resultados pretendidos (ex: tempo de reposição, índice de desabastecimento, atendimento dos requisitos técnicos, percentual de itens fornecidos com certificação ambiental/participação de pequenos fornecedores etc.). • **Estabelecimento de mecanismos para recebimento e registro de não conformidades:** Organizar fluxos para denúncia e rápida resposta em caso de não conformidades de produtos, atrasos, problemas na entrega ou irregularidades contratuais. • **Preparação para auditorias e controles:** Planejar rotinas de auditoria regular dos estoques, fluxos de recebimento e uso dos insumos, documentação dos fornecedores e conformidade com as exigências contratuais e regulatórias.
XI	**CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:** Não há contratações correlatas e/ou interdependentes
XII	**DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:** Não haverá impacto ambiental negativo. O município já possui contrato com empresa para descarte adequando de material infectado
XIII	**POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:** A contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação.
XIV	**JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP** A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala. Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o art. 86 da Lei Federal 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal 020 de 06 de janeiro de 2025, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal: "*Art. 86 (...) §1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante(...)*". Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelo órgão ou entidade gerenciadora, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada. No caso deste Município, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros municípios, levando esta instituição à qualidade de órgão gerenciador.

Nazaré, Bahia, 18 de agosto de 2026.

_____
LUIS HENRIQUE PRAZERES COSTA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

Aos .... dias ..... do mês de ..... do ano de ....., presente de um lado o MUNICÍPIO DE NAZARÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 13.797.188/0001-92, sediado à Praça Dr. Alexandre, 07, Centro, Nazaré, Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Carlos Benon Sampaio Cardoso**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e do outro a empresa ....., representada pelo Senhor (a).....Titular/por procuração, com sede na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o número ....., simplesmente denominada de **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTROS DE PREÇOS, para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO ADEQUADO DE FERIDAS E PARA A PROMOÇÃO DE CUIDADOS AVANÇADOS COM A PELE AOS PACIENTES ATENDIDOS POR INSTITUIÇÃO DE SAÚDE (CURATIVOS ESPECIAIS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ-BAHIA,** mediante a necessidade da MUNICÍPIO, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 300/2026, de acordo com a classificação alcançada pelo FORNECEDOR nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico de nº 035/2026, pelo Sistema de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nºs 153/2022 de 19.10.2022, 017/2025 de 03.01.2025 e 020/2025 de 06.01.2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços destinado à futura aquisição de **AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO ADEQUADO DE FERIDAS E PARA A PROMOÇÃO DE CUIDADOS AVANÇADOS COM A PELE AOS PACIENTES ATENDIDOS POR INSTITUIÇÃO DE SAÚDE (CURATIVOS ESPECIAIS) PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ-BAHIA**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de referência (TR) anexo ao edital do Pregão Eletrônico de nº 035/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE ÚNICO

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*					
Item	Especificação (marca e modelo)	*Unidade*	Quant.	Valor Un	Valor total
01					
02					
03					
04					
(...)					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Nazaré.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP (se já for aderido pelo Município) ou no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva (se houver), na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no aviso de contratação direta e seus respectivos anexos.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o

descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 035/2026.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Nazaré, Bahia, xxx de xxxxxx de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE NAZARÉ

_____
FORNECEDOR

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

À Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Nazaré, Estado da Bahia
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 035/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infrafirmado:

1) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva, ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declara, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

4) Declara para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declara de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declara que a(s) sua(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7) Declara, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concorda que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: (xx)

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone, compromete-se em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeia e constitui o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º 035/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico n° 035/2026 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
(....)					
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO					R$

OBSERVAÇÕES:
1)Informar valores unitários e totais/ percentual de desconto ofertado;
2) Informar especificação do produto/serviço;

Com a apresentação da presente proposta:

A proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame;

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ...
Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)